
O conceito de Rural

Deis Siqueira^{*} e Rafael Osório^{**}

Introdução

As políticas neoliberais vêm se tornando cada vez mais hegemônicas, sobretudo após a queda do Muro de Berlim, em 1989. Identificam-se, nesta atual “etapa superior do desenvolvimento do capitalismo”, novas formas de flexibilização do trabalho, liberalização financeira, privatizações, novas aberturas ao exterior e fragilização dos Estados nacionais. Afinal, trata-se da substituição de formas “tradicionais” estatais, por formas globais de se governar as práticas de mercado, no sentido de que se reorganizem os Estados para que as condições de realização da livre circulação de dinheiro e de mercadorias sejam facilitadas. Podemos pensar, portanto, em uma disciplina e uma autoridade abstrata do mercado. Ainda que a globalização seja antiga, vem tomando esta nova configuração.

Como categoria histórica, *la globalización es un equivalente a la “internacionalización económica”, y por lo tanto es un fenómeno intimamente vinculado com el desarrollo capitalista. Si por globalización entendemos la internacionalización económica ... entonces no es un fenómeno nuevo, inédito ni irreversible* (Saxe-Fernández, 1998: 88).

^{*} Licenciada em antropologia e sociologia, Universidade de Brasília, 1975. Dra., Universidad Nacional Autónoma de México, 1984. Professora do Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília; investigadora del CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Presidenta da ONG-Organização Não-governamental IDB – Instituto Diversidade Brasil. Pós-doutoranda, Departamento de Antropologia Social e História da América e África, Universidade de Barcelona, Espanha.

^{**} Mestrando em Sociologia, Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

O universo do consumo constrói-se enquanto instância legitimadora da transnacionalização que se contrapõe cada vez mais a outras instâncias, tais como o Estado, a escola, a família. O mundo do consumo está em cada país, mas de maneira vinculada à “modernidade do mundo”. O consumo poderia ser definido como uma nova territorialidade transnacionalizada e simultaneamente diferenciada: universo do consumo e universo de estilos de vida.

O eixo deste movimento de internacionalização financeira, industrial e comercial parece ser a tendência à transformação das relações sociais, dos produtos e dos valores em mercadorias, fomentando o domínio do mercado.

Mas não se trata de um sistema, e sim de um processo, não implicando em homogeneização do planeta em todas suas dimensões. Pode-se, com mais segurança, falar-se de uma tecnologia, porém não de uma cultura, cada vez mais hegemônica. Neste sentido, torna-se útil utilizarmos a distinção que propõe Renato Ortiz: dá-se uma globalização da economia e uma mundialização da cultura.

Entretanto este processo de globalização na agropecuária é particularmente irregular, na medida em que aí, mais visivelmente, não consegue alcançar a todos os setores econômicos igualmente. Afinal, intervêm fatores específicos que dificultam ou retardam a sua internacionalização. A agropecuária possui formas complexas de funcionamento, que estorvam sua transformação em um regime aberto, tal como é requerido pelas empresas cada vez mais globalizadas.

Si pensamos en lo “global”...com producciones flexibles, diversificadas, internacionalizadas y acotadas a mercados específicos, el panoramama agrícola es aún poco expresivo ... La agricultura, debido a sus factores estructurales, conformados por recursos dados e inmóviles, es un sector predeterminado por las ventajas comparativas y por lo tanto poco permeable a la nueva dinámica (Mundt, 1998: 63).

Ainda assim, destaca-se a crescente orientação da produção para mercados capitalistas e a articulação dos produtores com o complexo agro-industrial, destacando-se cada vez mais os Complexos Agroindustrias a partir de relações de poder crescentemente assimétricas. Ou seja, a regra são decisões tomadas por grupos ou nichos de poder vinculados a grandes empresas ou conglomerados transnacionais ou transnacionalizados. Muitas conseqüências do processo de intensificação do domínio do capital sobre a agropecuária, como parte do movimento de crescente globalização, têm sido insistentemente indicadas: expropriação, expulsão do campo, precarização do trabalho, pluri-atividade, o aumento das relações de trabalho assalariadas. Assimetrias de poder vêm sendo acompanhadas por assimetrias em outras dimensões, sendo a mais visível, a exclusão de grandes parcelas da população, a partir sobretudo da exclusão do mundo do trabalho. Assim, ... *las regiones rurales en el Sur están siendo reconstruídas como plataformas de agro-exportación ... El asalto corporativo*

sobre las políticas agrícolas nacionales ... La relación contractual integra a los productores en una empresa esencialmente industrial, en la que semillas híbridas se combinan con insumos químicos. La coordinación global de sitios múltiples de producción, para obtener productos frescos todo el año, se logra a través de la tecnología de la información. La mercantilización de alimentos y recursos está en marcha desde hacia varios siglos ... Al cierre del siglo, somos testigos de una dislocación aún más amplia como resultado de la intensificación del dominio del mercado (McMichael, 1998: 135-151-153).

E como as ciências sociais vêm acompanhando este movimento?

Em reflexão anterior (Porto e Siqueira, 1997) indicamos como, no caso do Brasil, a partir da segunda metade da década de oitenta, evidenciou-se uma produção sociológica marcada pela fragmentação e pela dificuldade da construção de novos conceitos-sínteses que dessem conta do rural. Multiplicaram-se os estudos voltados especialmente à realidade dos *Sem-Terra*, dos *barrageiros*, dos *assentados* etc., ou seja, busca de compreensão de processos e de movimentos sociais em curso naquele período.

Apesar destas limitações (categorias descritivas, pouca capacidade de generalização), identificávamos a sinalização de algo novo: a existência de problemas e questões comuns a diversas áreas do conhecimento e da pesquisa, configurando temáticas, conceitos e categorias que pelo seu caráter transversal podiam permitir novos recortes, tais como identidade social, cidadania, relações de gênero, violência, ecologia.

Sem dúvida, surgiram novos objetos, conceitos e caminhos explicativos, tendencialmente multidimensionais ou integrativos, indicando possibilidades de novas propostas epistemológicas e metodológicas, tais como o *princípio de complexidade* de Edgar Morin, que objetiva justamente superar a divisão dominante entre ciências da natureza e cultura.

Dentro deste movimento destacam-se os *problemas ambientais ou ecológicos*, que parecem impor, eles mesmos, uma metodologia interdisciplinar e disciplinas híbridas. Assim, dentro da Sociologia, a Sociologia Ambiental, ou seja, o estudo da interação entre a sociedade e o ambiente, ancorada em uma definição de mão dupla – social da natureza e ecológica da sociedade – é considerada por muitos estudiosos como uma especialização da Sociologia. Entretanto, para outros, esta estaria permitindo um questionamento a fundo da própria Sociologia (Woodgate, G., 1997). Neste sentido, também o conceito de Desenvolvimento Sustentável, basilar tanto na academia quanto nos movimentos sociais, indicaria a possibilidade de se transcender a antiga polaridade tradição/modernidade, ancorada em uma nova forma de apropriação da natureza (Toledo, 1998: 175).

Ocorre, sin embargo, que esta original nitidez de las demarcaciones territoriales tiende inexorablemente a disolverse conforme nos acercamos

al presente. Un presente marcado por la moderna sociedad industrial, donde el cambio tecnológico, la transmisión de la información y de la cultura, los nuevos medios de transporte y, en fin el proceso general de globalización, tienden a disolver la estrecha correlación que existía entre aquellos tres universos (natural, rural e urbano-industrial) y sus correspondientes territoriales (Toledo, 1998: 172).

Assim, para a discussão que nos ocupa, a reflexão em torno da categoria espaço é fundamental.

Esta vem se transformando profundamente, permitindo-nos olhar o universo do mundo globalizado de maneira privilegiada. Isto porque uma das conseqüências da globalização é o fenômeno da desterritorialização. Não se está afirmando que as fronteiras tenham se acabado, e sim que estas vêm sendo reconstruídas, a partir de novas lógicas, ainda que não se extingam as antigas. Afinal, critérios sócio-culturais podem ser muito mais importantes do que fatores tais como clima e tecnologia no processo de construção e reconstrução do espaço (Rosendahl, 1996: 38).

Em algumas regiões do planeta torna-se cada vez mais difícil distinguir os jardins urbanos, os jardins das casas, as paisagens não manejadas, as parcelas agropecuárias. Inclusive o aparecimento de novas indústrias, dispersas e mesmo camufladas *...en el paisaje de una naturaleza completamente humanizada terminan por trastocar, de manera definitiva, la expresión territorial o geográfica, compondo-se mais um continuum paisagístico do que espaços definíveis* (Toledo, 1998: 172).

Como pensar o espaço, categoria tão fundamental até recentemente para se pensar o rural, e mesmo o rural em sua relação, tão habitualmente referida em termos de rural-urbano?

O Conceito de Rural

A realidade é um fenômeno extremamente complexo. Nossos sentidos nos permitem apreendê-la em alguns de seus aspectos e hoje sabemos que outras espécies que conosco compartilham o planeta têm outros sentidos (ou às vezes o mesmo sentido organizado de outra forma) que lhes facultam apreender a mesma realidade sob aspectos inteiramente distintos. Assim, os limites à compreensão integral da realidade começam pela nossa percepção dela.

É na realidade que os seres vivos têm que satisfazer as exigências de seus organismos. Para tanto, não basta perceber a realidade, é preciso agir nela e sobre ela, a partir da forma como é percebida. Nos animais esta ação é preponderantemente instintiva: os comportamentos que os animais adotam em função da sua percepção da realidade, a forma de organização das suas

experiências individuais, são geneticamente determinados e, ainda que algumas espécies possam ser condicionadas, ou mesmo levadas a aprender algumas coisas, isto desempenha um papel muito pequeno na existência do ser em questão.

Entretanto, o ser humano tem uma peculiaridade que o distingue dos demais animais. Como aponta o antropólogo Clifford Geertz (1973), a partir de um determinado ponto de sua evolução biológica, o aparato cerebral passou a desenvolver-se de forma dependente da cultura: Como nosso sistema nervoso central – e principalmente a malidção e glória que o coroam, o neo-córtex – cresceu, em sua maior parte, em interação com a cultura, ele é incapaz de dirigir nosso comportamento ou organizar nossa experiência sem a orientação fornecida por sistemas de símbolos significantes (p. 37). A cultura é um poderoso sexto sentido que serve aos seres humanos como instrumento para orientar a organização das experiências individuais e da coletiva. Através dela temos acesso a uma extensão da realidade, o seu mundo particular, que só por ela mesma é perceptível.

Embora a cultura tenha infinitos aspectos, um deles nos interessa particularmente aqui, que é o seu caráter taxonômico. Toda cultura, por menos elaborada que seja, possui uma estrutura de classificação da realidade, tanto da “real” quanto da “cultural” e social (Durkheim e Mauss, 1973). Vários autores clássicos das Ciências Sociais, como por exemplo Marx, Weber, Durkheim, Parsons, concordam que com o desenvolvimento histórico as sociedades e as culturas foram progressivamente se tornando mais diferenciadas. Embora existam diversas diferenças entre eles a respeito de como se deu o processo e porquê e em que áreas, este é um ponto sobre o qual existe um razoável consenso: a diferenciação amplia as possibilidades de classificação e de composição de cosmovisões sobre a realidade. A diferenciação é um processo dialético não só na diacronia, mas também em sincronia. Ao mesmo tempo em que gera uma autonomia entre as esferas, ou instâncias, da vida humana, que progressiva e continuamente derivou, fragmentando algo que antes estava integrado, cria uma maior interdependência entre elas. Diacronicamente, leva a uma multiplicação de esquemas concorrentes ou coexistentes de classificação da realidade.

Estes esquemas não são produtos de indivíduos isolados. São socialmente produzidos e se constituem de representações. Entretanto, as representações não estão uniformemente distribuídas pelo corpo social e um objeto pode ter representações variadas dependendo do tipo de socialização que o seu observador “sofreu” (Durkheim, 1989). Esta distribuição se torna mais desigual à medida que a diferenciação progride e as sociedades contemporâneas passam a abrigar, negociando essa convivência da melhor forma possível, conflitos inerradicáveis de valores últimos (Weber, 1992). Um dos sistemas de classificação do mundo mais complexos que existe é o técnico-científico, que detém, na modernidade, o monopólio da verdade, conquistado à religião.

A ciência possui uma peculiaridade que a distingue dos demais esquemas de classificação e conhecimento do mundo, que é a impessoalidade e a objetividade (ao menos hipoteticamente) das suas representações, que por isso são denominadas conceitos. Assim, para uma pessoa normal, a idade dos outros é objeto de representações: o outro é velho, ou é novo, ou outra coisa, mas as representações da velhice e da juventude são extremamente variadas e calcadas em diferentes aspectos, ainda que possuam um núcleo comum. Para o pesquisador, a idade é o tempo transcorrido do nascimento da pessoa até a data de referência da pesquisa. É possível também definir quem é velho, mas a definição não pode ser feita nas mesmas bases que sustentam as representações sobre a velhice. Para conceituar a velhice é necessário dizer a partir de quantos anos se é velho, precisamente. Logicamente, este limite não é estabelecido a partir de nada. O conceito é um tipo especial de representação construído a partir da sujeição sistemática das representações relacionadas ao aspecto da realidade que está sendo conceituado a “testes” empíricos; uma média aceitável e construída metodicamente a partir de um conjunto de representações que pré-informavam o produtor do conceito e que o levaram a empreender a pesquisa e conceituar um aspecto determinado da realidade. Retomaremos isto adiante.

A diferenciação é o processo que cria o objeto da nossa discussão, o rural. Se nos remetemos ao período da Idade Média, o qual antecede à época em que vivemos, não precisamos refletir para constatarmos a irrelevância de uma discussão sobre o rural e o urbano para o homem medieval.

Logicamente, as cidades já existiam, entretanto, apenas parcela pouco significativa da população nelas residia. As pessoas plantavam para o sustento de sua própria comunidade feudal, levando uma vida que hoje classificaríamos de “rural”, embora para eles isto não tivesse, provavelmente, importância. Naquela época as cidades eram sobretudo pontos onde se localizava o(s) santuário(s), onde se realizava troca de mercadorias e portanto centros comerciais e administrativos.

Já no período paleolítico, o que efetivamente foi verificado com o surgimento das cidades foi a concentração de diversas funções até ali dispersas, e desorganizadas dentro de uma área limitada. Essa concentração, realizada no interior de muralhas, já continha partes da proto-cidade: santuário, fonte, aldeia, mercado e fortificação (Rosendahl, 1996: 41).

De qualquer forma as cidades começam a ganhar importância no processo de transição para o capitalismo. Centros de comércio, as cidades-estado italianas, Gênova, Milão, Florença e Veneza, foram as pioneiras do capitalismo em sua fase de acumulação primitiva (Arrighi, 1996). Era então o capitalismo essencialmente comercial. Todavia, a população ainda era majoritariamente “rural”.

Costumamos identificar a aceleração da migração da população para as cidades com o advento da Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo industrial dando à

produção, em substituição à comercialização, o papel de principal fonte de acumulação de capital. Entretanto, como diz Marx (1994), nos primórdios da industrialização, a técnica ainda não havia produzido meios de domar as forças capazes de prover movimento às máquinas e, assim, as indústrias tinham que ser sediadas não nas cidades, mas nos locais aonde forças motrizes de origem animal ou natural (quedas d'água, moinhos de vento), estivessem disponíveis, ou seja, no campo. Com o desenvolvimento da máquina a vapor, a força motriz foi domada e a indústria tornou-se espacialmente independente, podendo se instalar nos centros urbanos. As vantagens desta mudança não serão discutidas aqui. O que nos interessa é que quando isto ocorre, como aponta José Graziano (1996), consuma-se a separação entre cidade e campo. Para este autor, o surgimento do rural é datado, pois ele apreende a realidade histórica a partir do desenrolar dos processos econômicos. Assim, na medida em que crescentemente vem ocorrendo uma industrialização do campo, sobretudo com a intensificação da globalização, os limites entre rural e urbano tornam-se tênues e haveria mesmo uma reintegração do campo e da cidade, o que seria marcado pela transição dos complexos rurais para os complexos agro-industriais.

Mas, o que seria o rural? Segundo Aldo Solari (1979), à primeira vista a definição parece dada, ou seja, quando falamos sobre rural achamos que estamos falando sobre algo bem definido. Entretanto, a definição de um conceito de rural suscitaria problemas complexos. As definições clássicas do conceito de rural partem de uma enumeração de vários aspectos da realidade que seriam indicadores da situação do local estudado. Solari enumera os traços que caracterizariam a sociedade rural, os componentes do conceito, segundo a obra clássica de Sorokin e Zimmermann. Abase do conceito é a dimensão econômica, o rural se caracteriza por um determinado tipo de atividade: a produção de alimentos através da criação de plantas e de animais. A esta atividade econômica estão vinculados todos os outros traços que caracterizariam o rural, como a diferença ambiental, já que no rural o contato com a natureza é direto e constante, e a própria atividade econômica que lhe é peculiar é realizada ao ar livre. O meio rural seria também mais arreado à técnica, nas atividades rurais lida-se com organismos vivos e com as forças da natureza, que não podem ser inteiramente controlados.

Outra diferença colocada por Sorokin e Zimmermann (apud Solari, 1979) diz respeito ao tamanho das comunidades, já que as comunidades rurais seriam menores (embora o termo menores já traga consigo problemas novos de definição), sua população seria mais homogênea que a urbana cultural e socialmente. No rural haveria também menos mobilidade social. A interação entre os indivíduos no mundo rural, devido a restrição do tamanho do grupo, é mais direta e concreta, as pessoas conhecem mais “intimamente” seus interlocutores. Existe uma pessoalidade nas relações em oposição à impessoalidade que reina nas relações urbanas.

Finalmente, há a questão da complexidade: o rural seria menos complexo que o urbano.

Embora, como nos diz Solari, Sorokin e Zimmermann tenham postulado que essas oposições eram extremos de uma escala gradativa, estes critérios, que no fundo são uns derivados dos outros, tendo como ponto de partida a caracterização da atividade produtiva e da técnica de produção, serviram de base para a elaboração de conceituações dicotomizadas do rural e do urbano. José Graziano da Silva (1997) considera que clássicos como Weber e Marx (anteriores a Sorokin e Zimmermann) tinham na distinção entre o rural e urbano a expressão do conflito entre duas realidades sociais diferentes, uma que havia incorporado o capitalismo, caracterizada pelo progresso da técnica e identificada com o novo - a urbana - e outra refratária ao capitalismo e à técnica, refúgio da aristocracia em extinção e de antigas relações e formas de vida - a rural.

Entretanto, as relações entre o rural e o urbano não foram sempre, historicamente, definidas pela heterogeneidade ou pela polaridade, como já vimos. A preocupação em conceituar o rural e o urbano surge em um momento específico. Isto porque estas relações dependeriam, como defende Maria Isaura Pereira de Queiroz (1979), fundamentalmente da estrutura organizacional da sociedade em questão. Se a sociedade fosse do tipo tribal, não haveria distinção prática entre rural e urbano; se fosse do tipo sociedade agrária, haveria distinção entre rural e o urbano, mas este último seria simplesmente um centro administrativo regulado pelo rural. Por fim, quando a sociedade assume o tipo urbano, ela já se libertou da dependência do meio rural no que toca à produção. Estes tipos de sociedades devem ser vistos como ideais no sentido weberiano, já que uma única sociedade global pode incorporar os três tipos, o que, segundo a autora, é justamente o caso da sociedade brasileira. De qualquer forma, dadas as relações sempre existentes entre o rural e o urbano, seria, na visão da autora, uma manifestação de pobreza metodológica o tipo de abordagem efetuado pela sociologia rural norte-americana, modelo aplicado no Brasil por um bom tempo.

As definições clássicas e dicotômicas podem ser entendidas como um fruto do processo de diferenciação ao qual nos referimos anteriormente. A sociedade vai se diferenciando, tornando a realidade mais complexa e, acompanhando o processo, a cultura elabora ainda mais os seus esquemas de classificação da realidade. Assim, no momento em que a diferenciação introduz diferenças marcantes em um espaço antes percebido como contínuo, representações distintas são engendradas e associadas a cada domínio, reificando o rural e o urbano. Passando a existir, estas dimensões passam a ser também objeto de preocupação e reflexão humana.

Quando a diferenciação se opera, o contraste é enorme e fetichizado: perde-se de vista a interdependência, as relações sempre existentes entre as duas dimensões, conceituadas agora sobretudo por oposição. Os conceitos de rural e urbano são construídos sobre as representações das mesmas coisas, com as quais estão em constante troca e mediação. O curso dos eventos não pára, e os

conceitos deixam com o tempo de ser operacionais em relação aos conteúdos a que se aplicam. Com a agregação de novos elementos às representações do rural e do urbano e graças aos efeitos que estas exercem sobre as realidades que representam, torna-se mais difícil “achar” um rural que equivalha ao definido no conceito tradicional. Mas as mudanças não se dão somente neste nível, dão-se também em vários outros.

Para o marxismo o desenvolvimento do campo nos moldes capitalistas, com o estabelecimento de uma sociedade dividida em duas classes, a dos grandes proprietários e donos dos meios de produção rurais, e um proletariado rural “sem terra”, possuidor apenas de sua força de trabalho, era uma questão de tempo – o crescente desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Isto representava uma séria ameaça aos camponeses, que trabalhavam a terra em moldes tradicionais com a família. Entretanto, nem todos os teóricos consideravam que os camponeses estariam fadados ao desaparecimento com uma inevitável capitalização do campo. Alguns, como Chayanov (1974), consideravam que a agricultura camponesa resistiria por ter vantagens em relação ao capitalismo, pois a economia familiar poderia se manter em condições inviáveis para uma empresa capitalista, como trabalhar por períodos sem angariar lucros. Outros, como Kautsky (1968), líder da II Internacional, preferiam acreditar que com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura não haveria nem a supressão do campesinato e da pequena exploração agrícola, tampouco o estabelecimento da exploração camponesa por sua suposta eficiência superior, mas a coexistência da pequena e da grande exploração. O que importava destacar seria o processo de industrialização da agricultura.

Graziano da Silva (1996, 1997) chama a atenção para as mudanças que ao se operarem na sociedade brasileira transformaram o rural, o urbano e as suas relações, tornando praticamente impossível a análise destes meios através da conceituação dicotômica tradicional. Assim sendo, seria necessário na contemporaneidade entender o rural e o urbano como um contínuo. Isto porque o rural se urbanizou, tanto devido ao desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais de agricultura, quanto devido, o que é sem dúvida muito interessante, ao transbordar do urbano para o rural. Solari (1979) concorda com o fato de que em face das mudanças por que passou o campo, a idéia de contínuo passa a ser mais eficiente para conceituar a realidade. Entretanto ele pondera, como também faz Carneiro (s.d.), que a idéia do contínuo não deve ser comprada sem reflexão, pois em vários locais, especialmente nos países em desenvolvimento e nos países “atrasados”, a industrialização da agricultura e as outras mudanças que levam à formulação da continuidade entre o rural e o urbano ainda não se constituíram. A diferenciação não opera com a mesma intensidade em todos os pontos do globo terrestre. Assim, se a nova conceituação de rural e urbano é eficiente para o campo altamente industrializado e urbanizado dos países desenvolvidos e de determinadas áreas dos países em desenvolvimento, a conceituação tradicional

pode ser ainda eficiente para conhecer a realidade nos locais aonde ainda impera a dicotomia e o campo ainda está longe da cidade.

Retomando a relação com o processo de diferenciação, podemos perceber que após o surgimento do urbano e do rural, a diferenciação prossegue dentro das instâncias. Acontinuada diferenciação interna termina por contribuir para minimizar a externa, que ocorreu inicialmente, trazendo de novo à tona as relações profundas existentes entre as instâncias que haviam sido perdidas de vista. Metaforicamente, é como se um plano fosse dividido ao meio e suas metades recebessem respectivamente as cores preto e branco. É a primeira etapa da diferenciação, em que a atenção se foca no contraste, e não no relacionamento profundo que existe, não pelas cores, mas pelo fato de serem as metades partes do mesmo plano. Gradualmente, a fronteira antes nítida entre as cores começa a se transformar. O preto entra no branco e o contrário, gradualmente, as tintas se misturam e por fim temos o plano preenchido não mais por duas metades, mas por um gradiente que vai do branco em um extremo do plano ao preto em outro, passando por infinitos tons de cinza. É a segunda etapa da diferenciação, quando as definições precisas são implodidas e ressurgem gloriosas a relação profunda e a unidade existente entre preto e branco, componentes do mesmo plano, da mesma realidade. Em alguns lugares do Brasil, o plano ainda se encontra seccionado em metades contrastantes, em outros, já há o gradiente, o contínuo.

Assim, se levarmos em consideração os alertas de Solari (1979) e Carneiro (s.d.), não precisamos desqualificar os argumentos de Graziano da Silva (1996, 1997), pois podemos entendê-los não com a pretensão de se referir ao Brasil inteiro, mas a um “novo rural” que emerge em algumas áreas específicas do país, principalmente naquelas áreas rurais mais próximas e integradas a grandes centros metropolitanos. Nestes locais, o apelo ambiental do rural, que é um tipo de representação relativamente novo, conjugado às antigas representações idílicas e românticas do rural, fizeram com que este espaço passasse a ser ressignificado. Como nos diz Graziano da Silva (1997), as pessoas passaram a buscar o rural como ambiente para o lazer e para a fuga dos problemas da vida urbana, investindo em chacáras, hotéis-fazenda, spas e coisas do gênero. Paralelamente, o homem do campo deixa de ter uma atividade fixa e começa a se configurar como um trabalhador de tempo parcial, que não mais se ocupa de tarefas exclusivamente rurais. Torna-se um trabalhador pluriativo, fenômeno bem descrito por alguns estudiosos, como, por exemplo, Lauro Mattei (s.d.) no seu trabalho sobre a pluriatividade em Santa Catarina. Ou seja, começa a se formar no rural um mercado para profissões outrora tipicamente urbanas, motoristas, secretárias, professores, administradores e muitos outros. Graziano da Silva (1997) aponta que este processo teve um efeito curioso, que foi um aumento da renda do rural, algo que sempre tinha sido, sem sucesso, o objeto de políticas públicas de combate à miséria no campo. São precisamente as rendas oriundas de atividades não-agrícolas as responsáveis por esta melhoria. Mas não devemos perder de vista o fato de que em grandes áreas do país parte da população rural vive como no século passado.

Assim, a conceituação de rural vai depender diretamente da localidade a que nos referimos, já que, por exemplo, no interior de São Paulo a realidade está organizada de uma forma totalmente diversa da forma que assume em outros rincões do país. Entretanto, a forma que escolhemos para conceituar a realidade não depende exclusivamente de como a percebemos organizada, mas também de como a organizamos. Assim os conceitos partem das representações e dos conceitos pré-existentes. Graziano da Silva e seus colegas jamais fariam de um contínuo se a dicotomia não estivesse conceitualmente postulada, se novas representações não houvessem sido acrescidas ao estoque de possibilidades de classificação de aspectos da realidade, se representações antigas não tivessem sido polissemizadas, investidas de novos conteúdos e significações. O conceito de rural, como muitos outros, é simultaneamente suficiente e insuficiente, porque a realidade não conhece classificações ou esquemas de qualquer espécie: nós é que os criamos para nos orientarmos na complexidade da existência, da realidade, a qual precisamos conhecer, seja através de teorias científicas, religiosas ou de senso comum. Para organizar a nossa experiência, nós emolduramos de várias formas a realidade, e o conceito de rural é uma delas.

Mesmo os conceitos que se poderiam pensar os mais precisos e objetivos são calcados nas representações várias existentes sobre o aspecto da realidade que se pretende conceituar. Assim, por exemplo, o conceito de rural utilizado nas pesquisas do IBGE (PNADs, Censos...) é o seguinte: o que o município define como rural em seu plano diretor. Ora, o plano diretor do ordenamento espacial dos municípios é elaborado por uma equipe de técnicos, mas é submetido à aprovação das câmaras municipais. Ou seja, são critérios políticos que definem, em última análise, o que é urbano e o que é rural. E os políticos não decidem com base em critérios racionais, mas com base na tradição e nas representações que eles têm do que é o rural, já que esta história de fazer conceitos precisos e objetivos é um problema das ciências sociais e não da política. Concluindo, podemos dizer que o conceito de rural está passando por uma reelaboração.

Provavelmente, jamais haverá consenso sobre ele nas ciências sociais, devido às características peculiares do nosso ramo do conhecimento, já exaustivamente discutidas por vários autores. Assim, é prudente ao se empreender um trabalho de fôlego que envolva a utilização deste conceito, explicitar claramente em que sentido ele é entendido e quais os fenômenos, quais aspectos da realidade, a que se refere. Obviamente isto tem que ser calcado tanto nas representações do domínio do senso comum quanto nos conceitos existentes no campo das teorias científicas, senão correríamos o risco extremo de nos deparar com alguém que denominasse urbano o rural e vice-versa.

Bibliografia

- Arrighi, G. 1996 *O Longo Século XX* (Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp).
- Carneiro, M. J. s/f *Ruralidade: novas identidades em construção*, in <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbzeze.html>.
- Chayanov, A. V 1974 *La Organización de la Unidad Camponesa* (Buenos Aires: Nueva Visión).
- Durkheim, É. 1989 *As Formas Elementares de Vida Religiosa* (São Paulo: Paulinas).
- Durkheim, É. e Mauss, M. 1973 “Algumas formas primitivas de classificação”, in Rodrigues, J. A. (org.) *Durkheim* (São Paulo: Ática, Grandes Cientistas Sociais) Vol. 1, Nº 1.
- Geertz, C. 1973 *The Interpretation of Cultures* (Nova Iorque: Basic Books).
- Graziano Da Silva, J. 1996 *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira* (Campinas: Unicamp).
- Graziano Da Silva, J. 1997 “O Novo Rural Brasileiro”, in Shiki, S.; Graziano Da Silva, J. e Ortega, C. (orgs.) *Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro* (Uberlândia: Embrapa, UFU; Campinas: Unicamp).
- Kautsky, K. 1968 *A Questão Agrária* (Rio de Janeiro: Laemert).
- Marx, K. 1994 *O Capital* (Rio de Janeiro: Bertrand) Vol. 1, Livro 1.
- McMichael, Pp. 1998 “Globalización monetaria e estatal: reestructuración agroalimentaria al fin del siglo”, in *Globalización, crisis y desarrollo rural en América Latina: Memória de sesiones plenarias* (México: Universidad Autónoma Chapingo–Colégio de Postgraduados).
- Mundt, M. F. 1998 “Globalización y agricultura: escenarios y controversias”, in *Globalización, crisis y desarrollo rural en América Latina: Memória de sesiones plenarias* (México: Universidad Autónoma Chapingo–Colégio de Postgraduados).
- Porto, M. S. G. e Siqueira, D. E. 1997 “A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas”, in Porto, M. S. G. (org.) *Politizando a Tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará).
- Queiroz, M. I. Pp. 1979 “Do Rural e do Urbano no Brasil”, in Szmrecsányi, T. e Queda, O. (orgs.) *Vida Rural e Mudança Social* (São Paulo: Companhia Editora Nacional).

- Rosendahl, Z. 1996 *Espaço e religião* (Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC).
- Saxe-Fernández, J. 1998 “Neoliberalismo y TLC: hacia ciclos de guerra civil?”, in *Globalización, crisis y desarrollo rural en América Latina: Memória de sesiones plenarias* (México: Universidad Autónoma Chapingo–Colégio de Postgraduados).
- Solari, A. B. 1979 “O Objeto da Sociologia Rural”, in Szmrecsányi, T. e Queda, O. (orgs.) *Vida Rural e Mudança Social* (São Paulo: Companhia Editora Nacional).
- Toledo, V. M. 1998 “Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: el enfoque ecológico-sociológico”, in *Globalización, crisis y desarrollo rural en América Latina: Memória de sesiones plenarias* (México: Universidad Autónoma Chapingo–Colégio de Postgraduados).
- Weber, M. 1992 “A ciência como vocação”, in *Metodologia das Ciências Sociais* (São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp) Vol. 1.
- Woodgate, G. 1997 *The international handbook of environmental sociology*, Redclift M. & Woodgate, G. (Orgs.).